



PDS - PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONCELHO DE PORTALEGRE

2024/2026

ENQUADRAMENTO

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS), enquanto instrumento referencial e orientador no estabelecimento de condições operativas e qualitativas para o desenvolvimento de políticas municipais esclarecidas e concertadas no quadro do Programa Rede Social, foi considerado pelo Decreto-Lei nº115/2006, de 14 de junho, como um instrumento obrigatório e vinculativo.

Pode dizer-se que o Plano de Desenvolvimento Social traça o retrato de uma situação social desejável, mas também realista no Concelho onde vai ser implementado, incluindo uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação. Podemos dizer que este documento é um instrumento que aponta a direção mas que não traça um itinerário detalhado.

Surge no seguimento do Diagnóstico Social, para um conhecimento atualizado da realidade local do Concelho de Portalegre, nomeadamente no que respeita aos seus problemas e necessidades em diversas áreas e para onde pode ser direcionada a intervenção social.

Tem como objetivo servir de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, quer elas sejam elaboradas no âmbito da operacionalização do plano pelos parceiros do CLAS (através do Plano de Ação), quer elas sejam propostas fora do âmbito deste órgão de planeamento.

O Plano de Desenvolvimento Social aqui apresentado, não é inalterável, pelo contrário deve ser passível de sofrer ajustamentos, sendo que a sua flexibilidade deve permitir a inclusão de novas iniciativas, e simultaneamente evitar a sobreposição de algumas respostas. Sendo um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção de respostas às necessidades individuais e coletivas, incluindo uma vertente corretiva e preventiva das situações de precariedade, o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do Concelho de Portalegre traça o retrato de uma situação realista, para um período de vigência de três anos, 2024 a 2026.

METODOLOGIA

O documento apresentado teve como primado na sua elaboração o planeamento contínuo, resultante dos contributos da rede de intervenores e instituições, e a análise das prioridades, das medidas e das ações definidas aos níveis nacional, regional e local. Com efeito, tomaram-se como ponto de partida, alguns dos dados que constam do anterior PDS e procedeu-se à introdução de novos.

A estratégia selecionada para a sua elaboração assentou na conjugação dos objetivos inerentes à Rede Social (inovação, integração, articulação, participação e subsidiariedade), nos aspetos da realidade socioeconómica concelhia, na sua dinâmica intra e interinstitucional.

Neste sentido, e com base nos problemas diagnosticados e sua caracterização, a elaboração do presente documento baseia-se nos seguintes pressupostos e conteúdos específicos de cada área temática.

PROBLEMAS E NECESSIDADES MAIS EVIDENCIADOS por área temática:

ENVELHECIMENTO

Problemática	Problemas e necessidades	Caracterização
Demografia	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa densidade populacional; - Saldo fisiológico negativo; - Despovoamento/ Desertificação; - Elevado índice de envelhecimento e dependência; 	<ul style="list-style-type: none"> - População residente tem vindo a diminuir; - Número de nascimentos inferior ao número de indivíduos que faleceram; - Isolamento social decorrente da dispersão geográfica de algumas localidades e famílias; - População jovem está a decrescer, enquanto a população adulta e idosa evolui no sentido oposto;
Envelhecimento	<ul style="list-style-type: none"> - Excessiva institucionalização de idosos; - Inatividade física/cognitiva e social da população idosa; - Insuficiente retaguarda familiar; - Isolamento familiar e social; - População idosa em situação de dependência sem apoio 	<ul style="list-style-type: none"> - Abandono pela família - Questões de doença - Degradação do estado físico e mental dos idosos, com perda de autonomia; - Baixas qualificações decorrentes de baixa escolaridade ou ausência desta (analfabetismo) que contribui para o desconhecimento das respostas adequadas às suas necessidades; - Idosos pouco “preparados para a velhice” - Idosos que vivem em habitações precárias; - Falta de atividades para ocupação de tempos livres; - Famílias pouco sensibilizadas para o apoio ao idoso - Entende-se o ERPI como um “depositário de idosos”, descartando a família o seu papel de responsabilidade; - Excessivo número de idosos isolados com necessidade de apoio (proximidade) - Resistências dos idosos em sair do seu ambiente e admitir as suas limitações decorrentes da idade; - Renitência em partilhar espaços e expor a sua intimidade; - Falta de apoio para idosos durante a noite - Idosos em situação de dependência e isolamento - Más condições habitacionais - Custo elevado das respostas para os idosos não enquadradas nos protocolos;

No concelho, 57,2% das famílias unipessoais correspondem a idosos que residem sozinhos. Esta é uma situação que pode traduzir-se numa maior vulnerabilidade dos idosos, podendo resultar:

- Maior dificuldade financeira;
- Falta de apoio social;
- Declínio da saúde mental;
- Maiores dificuldades com as tarefas do dia-a-dia;
- Maior exposição a fraudes e crimes.

Surge assim a necessidade de uma atenção particular para o desenvolvimento de políticas locais de apoio e de suporte dirigidas a idosos que residem sozinhos e que incidam sobre as diferentes dimensões do problema, nomeadamente:

- Ações de proteção financeira;
- Serviços de apoio, como programas de visitas ao domicílio, serviços de transporte, etc;
- Desenvolvimento de redes de apoio, como grupos de convívio ou atividades comunitárias;
- Capacitação de cuidadores, incluindo informações sobre saúde, segurança e bem-estar;
- Promoção de campanhas de consciencialização para aumentar a sensibilização da comunidade para a situação dos idosos que estão sozinhos.

FAMÍLIAS e HABITAÇÃO

Problemática	Problemas e necessidades	Caracterização
Família	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades da família em garantir as suas funções básicas - Dificuldades na conciliação da vida profissional e familiar - Dificuldades na gestão da vida doméstica e familiar, numa ótica de organização funcional e económica - Enfraquecimento das redes de sociabilidade e de solidariedade primárias - Fracas competências pessoais, sociais e parentais - Negligência familiar - Violência doméstica e de género - Existência de elemento (s) do agregado com deficiência na família; - Aumento do número de famílias monoparentais e alargadas; - Ausência de uma equipa para intervir em situações de emergência local com autonomia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixos salários/rendimentos provenientes de trabalho precário ou baixas prestações sociais e ausência de resposta ao nível da inserção; - Dependência de subsídios ou prestações sociais que se traduz na falta de motivação e hábitos de trabalho (os crónicos); - Elevada taxa de pobreza Pobreza “envergonhada”/”escondida” - Crescente endividamento das famílias - conjuntura económica - Dificuldade na gestão dos recursos dos agregados familiares, nomeadamente dos agregados familiares mais jovens (gestão desadequada do orçamento familiar e renitentes a intervenção neste campo); - Degradação e tipologia pouco adequada da habitação a dimensão do agregado familiar (definição de espaços e organização funcional do agregado familiar); - Questões de índole sociocultural que condiciona a vivência e a definição das prioridades e do agregado familiar - Pouca eficácia das medidas de atribuição de subsídios; - Instabilidade da estrutura familiar alargada; - Dificuldade de inserção profissional e défice de recursos económicos - Condições económicas precárias dos agregados familiares (desemprego, dificuldade no acesso ao crédito, crescente endividamento das famílias, etc.) - Dificuldade em proporcionar um acompanhamento institucional sistematizado, integrado e atempado às famílias; - Problemas ao nível da higiene pessoal e habitacional; - Problemas de saúde do foro psicológico/psiquiátrico; - Não reconhecimento dos problemas, acomodação e falta de pro atividade (à espera que os serviços respondam a todas as suas necessidades) - Reprodução acrítica dos modelos de gestão familiar das gerações anteriores (ciclo vicioso – pobreza geracional com reprodução de modelos); - Consumo abusivo de substâncias aditivas, nomeadamente álcool e substâncias ilícitas; - Violência doméstica;

Problemática	Problemas e necessidades	Caracterização
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do número de famílias a solicitar habitação social; - Desfasamentos dos encargos habitacionais face aos rendimentos da população - Especulação imobiliária - Existência de barreiras arquitetónicas nas habitações - Habitações devolutas - Habitações sobrelotadas - Inexistência/insuficiente equipamento/mobiliário doméstico - Insuficientes/inexistentes incentivos à habitação para a fixação da população - Parque habitacional degradado 	<ul style="list-style-type: none"> - Famílias com insuficiência de rendimentos para compra ou arrendamento privado; - Existência de habitação no mercado de arrendamento que não dá resposta às necessidades devido à elevada especulação imobiliária; Facto que se reflete num maior número de pedidos de habitação social; - Insuficiente n.º de fogos de habitação social e ou a custos controlados para responder às solicitações; - Verificam-se algumas situações de barreiras arquitetónicas no Bairro dos Assentos que dificultam a mobilidade das pessoas idosas e portadoras de deficiência motora; - Existência de habitações devolutas e degradadas principalmente no centro histórico por motivos de degradação e falhas na legislação em vigor para obrigar à remodelação por parte dos proprietários; - Por carências económicas e necessidades várias alguns agregados mais jovens vivem com os pais ou outros familiares, fazendo com que algumas habitações se encontrem sobrelotadas; - Procura de mobiliário doméstico por parte de algumas situações em rutura familiar; - Falta de incentivos à população jovem; Insuficientes cooperativas que possibilitem habitação a custos controlados, o que se reflete na procura e no acréscimo de pedidos de habitação social; - Insuficientes medidas de apoio ao arrendamento de iniciativa municipal - Existência de casas degradadas no centro histórico da cidade;

Os encargos financeiros com a prestação da casa constituem um dos fatores de vulnerabilidade das famílias para fazer face a situações de crise financeira.

Na cidade de Portalegre têm vindo a instalar-se migrantes oriundos principalmente da Ásia e de África que residem em alojamentos temporários, ou sem quaisquer condições e em sobrelotação, que trabalham nas unidades industriais do Concelho.

A fixação destes trabalhadores e das suas famílias pode constituir um elemento fundamental do desenvolvimento da cidade, sendo fundamental a disponibilização de alojamento adequado e a custos acessíveis para que isso aconteça.

No âmbito da Estratégia Local de Habitação de Portalegre foram definidos quatro eixos de intervenção prioritária:

- Resposta abrangente às carências habitacionais das populações mais desfavorecidas
- Promover a reabilitação do parque habitacional nas áreas urbanas mais degradadas
- Atrair e fixar residentes nos núcleos da cidade e das freguesias rurais
- Animar e recuperar a centralidade dos núcleos históricos

EMPREGO, QUALIFICAÇÃO E ATIVIDADE ECONÓMICA

Problemática	Problemas e necessidades	Caracterização
Formação/ Qualificação Profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Baixas Qualificações escolares e profissionais; - Desadequação da formação profissional ao posto de trabalho (pouco diversificados e apelativos); - Insuficiente informação sobre oferta formativa - Desinteresse do público feminino para novas áreas de formação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa escolaridade do grupo etário > 50 anos/baixas qualificações escolares; - Falta de qualificações para áreas específicas face às necessidades de emprego; - Desinteresse e desmotivação familiar sobre assuntos escolares e profissionais; - Falta de informação em relação aos cursos de formação e respetivas saídas profissionais; - Falta de articulação da escola – secundário – com o mercado de trabalho; - Falta motivação dos jovens face à formação e desenvolvimento profissional; - Crescente número de alunos migrantes que não falam a língua portuguesa nem têm a mesma equivalência escolar do país de origem;
Economia Local/ Atividades Económicas	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência/insuficiência de condições/incentivos para a produção e investimento - Forte peso da economia informal - Fraca dinâmica das empresas; - Fraca sensibilização/ Envolvimento do tecido empresarial na resolução das propostas - Fracas condições/ Incentivos para o empreendedorismo - Fraco aproveitamento das potencialidades económicas/productivas locais - Fraco conhecimento/ Articulação do tecido económico/empresarial local - Insuficiência/inexistência de serviços de proximidade - Insuficientes/inexistentes estratégias de marketing para a promoção do território 	<p>Alguma dependência ao incentivo a fundo perdido. Receios por parte de alguns em recorrer ao investimento;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pouca consciência acerca do objetivo e pouca responsabilidade empresarial; - Falta de formação e sensibilização ao nível empresarial; - Fracos incentivos para a implementação e diversificação de empresas nos mais diversos ramos de atividade; - Turismo/productos regionais - Estruturas de empregabilidade desajustadas de acordo com as necessidades de oferta/procura;

Problemática	Problemas e necessidades	Caracterização
Emprego/ Desemprego	<ul style="list-style-type: none"> - Desadequação entre a oferta e a procura de emprego; - Desadequação entre expectativas profissionais e ofertas de emprego; - Sector industrial que tem vindo a reduzir o n.º de trabalhadores - Desemprego de Longa Duração; - Falta de criatividade e iniciativa para a criação do próprio emprego; - Desigualdades de Oportunidades/género no acesso à integração no mercado de trabalho; - Falta de oportunidades de emprego; - Oferta de emprego pouco qualificado; - Redução do sector empresarial - Trabalho precário; 	<ul style="list-style-type: none"> - Desemprego; - Emprego precário; - Falta de locais de trabalho; - Falta de oportunidades de emprego; - Ausência de hábitos de trabalho; - Existência de um número significativo de ofertas que não são satisfeitas; - Desvalorização e/ou desmotivação para a aprendizagem formal - Inexistência de um levantamento de necessidades de formação das entidades empregadoras - Expectativas criadas a nível familiar e, por isso, as ofertas de emprego não correspondem às mais procuradas; - Dificuldade em dar resposta a pessoas com qualificação/habilitação superior; - Diminuição dos DLD ainda que residual, situação que se prende com os procedimentos atuais introduzidos pelo centro de Emprego, ou seja, não comparência quando convocados faz com que sejam passivados pelo sistema. Muitas situações estão relacionadas com baixas escolaridades e com a dificuldade de reconversão das pessoas com alguma idade e por não haver respostas a nível industrial; - Baixas qualificações profissionais e educacionais; - Deslocalização de empresas - Problemas familiares (incompatibilidade de horários com as atividades dos filhos); - Desajustamento de horários: laboral, de transportes, das escolas e respostas sociais - Indisponibilidade de trabalhar noutras zonas da região ou país; - Insuficiente oferta formativa local (profissionalizante); - Défice de retaguarda da família alargada - Poucas ofertas, logo poucas colocações; - Falta de empresas específicas para empregabilidade do sector menos formado e com várias carências; - Sector industrial que tem vindo a aumentar o n.º de trabalhadores;

Os problemas diagnosticados e sua caracterização, remete-nos para a necessidade de atuar:

- ✓ Ao nível do aumento das qualificações escolares e profissionais, quer dos/as jovens quer dos/as adultos/as, considerando a sua relação com o acesso ao mercado de trabalho;
- ✓ Ao nível da racionalização e articulação da oferta formativa/educativa com as necessidades do tecido económico empresarial;
- ✓ Na aposta no estímulo do empreendedorismo social;
- ✓ Na empregabilidade de grupos em situação de vulnerabilidade, jovens, adultos e pessoas portadoras de deficiência;
- ✓ Na fraca dinâmica das empresas e fraca sensibilização/ envolvimento do tecido empresarial na resolução de propostas de intervenção;

EQUIPAMENTOS, RESPOSTAS SOCIAIS E SERVIÇOS

Problemática	Problemas e necessidades	Caracterização
Equipamentos/ Serviços/ Respostas Sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Espaços físicos reduzidos para fazer face ao elevado n.º de pedidos para integração de utentes em estruturas, apesar da taxa de cobertura do distrito ser suficiente tendo em consideração população idosa do distrito. - Insuficiente cobertura de camas participadas pelo ISS, I.P. nas ERPI para responder às solicitações; - Diminuição da frequência de utentes em Centro de Dia e Apoio Domiciliário e resposta incompleta por parte de algumas Instituições; - Desadequação da legislação face às necessidades materiais, financeiras e recursos humanos dos equipamentos para promover o bem-estar integral dos idosos institucionalizados; - Inexistentes apartamentos de autonomização/Reinserção social/unidades residenciais; - Insuficientes respostas para Lar Residencial e Residência Autónoma; - Insuficientes respostas para a Intervenção Precoce na Infância (IPI); - Insuficientes serviços de transporte de pessoas com deficiência; - Deficiente rede de bancos de voluntariado organizado; - A frágil sustentabilidade financeira das Instituições/Inovação social - Inexistência de um grupo de autoajuda de forma a facilitar a integração e a inclusão da população migrante na comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> -Insuficiente capacidade nas respostas sociais: Centros de Acolhimento Temporário; Lar Residencial e Residência Autónoma; - Falta de meios para promoção de atividades com os utentes; que depende muito de animadores competentes - Equipamentos desadequados à necessidades dos utentes e respetivo meio envolvente; - Criação de espaços autónomos, com acompanhamento técnico não institucional para fazer face a um público-alvo diversificado (jovens com + 18 anos/ex reclusos/doentes do foro psiquiátrico e outros grupos); - N.º de utentes em acordo claramente insuficiente para dar resposta ao nível da IPI; - Transporte (carrinhas/autocarros) para pessoas com deficiência não corresponde às necessidades dos utentes; - Não reconhecimento por parte dos dirigentes locais e pouca sensibilidade das instituições/entidades;

Os problemas diagnosticados e sua caracterização, remete-nos para a necessidade de atuar:

- ✓ Espaços físicos reduzidos para fazer face ao n.º de utentes
- ✓ Existência de lista de espera para ERPI para camas comparticipadas pela ISS, I.P.
- ✓ Maior procura que oferta, > n.º de solicitações vs dificuldades em prestar respostas adequadas; não são integrados devido ao valor mensal a pagar nas camas não comparticipadas
- ✓ Inexistentes apartamentos de autonomização/reinserção social/unidades residenciais
- ✓ Insuficientes respostas para Lar Residencial e Residência Autónoma
- ✓ Deficiente rede de bancos de voluntariado organizado (não reconhecimento por parte dos dirigentes locais e pouca sensibilidade das instituições/entidades)
- ✓ Crescente número de migrantes oriundos de diferentes países, que não falam a língua portuguesa, residentes no concelho de Portalegre
- ✓ Falta de uma rede de suporte para acesso a serviços por parte da população migrante

SAÚDE

Problemática	Problemas e necessidades	Caracterização
Saúde	Comportamentos Aditivos e Dependências: Álcool, Drogas, Jogo	<ul style="list-style-type: none"> - Grande número de pessoas que não assume o consumo ou comportamento aditivo; - Desvalorização do consumo excessivo de álcool por questões culturais; (aceite social e culturalmente). - Reflexo de problemas familiares e profissionais; - Aumento de situações de alcoolismo; - Aumento de pessoas em situação de sem-abrigo devido á dependência; - Aumento do nº de jovens com dependência de jogo a dinheiro; - Situações de violência doméstica associadas ao consumo de álcool e drogas; - Maior n.º de jovens consumidores de cannabis, com situações de uso e abuso em idades cada vez mais precoces; - Aumento de recaídas nos consumos de drogas e álcool, face aos contextos ambientais: desemprego, falta de respostas sociais entre outros; - Aparecimento de um maior nº de situações de doença mental associado ao uso abusivo das drogas e álcool.
	Doenças crónicas	- Aumento da complexidade dos cuidados e do tempo de dependência dos doentes.
	Forte incidência de situações de dependência	- Aumento da complexidade dos cuidados e do tempo de dependência dos doentes.

Neste sentido, e com base nos problemas diagnosticados e sua caracterização, a elaboração do presente documento baseou-se nos seguintes pressupostos:

No **Eixo 1 – Emprego/Desemprego e Formação Profissional**, remete para a necessidade de atuar:

- Ao nível do aumento das qualificações escolares e profissionais, quer dos/as jovens quer dos/as adultos/as, considerando a sua relação com o acesso ao mercado de trabalho;
- Ao nível da racionalização e articulação da oferta formativa/educativa com as necessidades do tecido económico empresarial;
- Na aposta no estímulo do empreendedorismo social;
- Na empregabilidade de grupos em situação de vulnerabilidade, jovens, adultos e pessoas portadoras de deficiência;
- Na fraca dinâmica das empresas e fraca sensibilização/ envolvimento do tecido empresarial na resolução de propostas de intervenção;

Nos **Eixo 2 – Equipamentos e Serviços** e **Eixo 3 - Inclusão de Grupos Vulneráveis**,

são definidos objetivos relacionados com a atuação, de uma maneira geral, tentando responder a questões relacionadas com a intervenção ao nível:

- Das pessoas com doença mentais e portadoras de deficiência (dando ênfase à necessidade de aumentar as respostas que garantam os cuidados de saúde e bem-estar das pessoas com doença do foro psiquiátrico e neurológico, e portadoras de deficiência, e respetivos cuidadores);
- Das crianças/jovens em risco (tendo presente a necessidade de possuir no concelho respostas de autonomização de jovens institucionalizados, promovendo a transição para uma vida autónoma);
- Da população idosa (tendo em atenção a necessidade de aumentar, racionalizar e diversificar as respostas sociais e de saúde, permitindo uma assistência permanente, e um acompanhamento mais ativo das redes de apoio, combatendo o isolamento, e reforçando a solidariedade entre gerações);

- Das famílias vulneráveis (tentando promover a sua formação e capacitação, desenvolvendo e reforçando as competências parentais; e por outro lado criando serviços de apoio à sua capacitação financeira, legal e digital);
- Da violência doméstica (reforçando a capacidade de resposta às famílias em crise, no processo de procura de novos equilíbrios que se traduzam numa reorganização familiar e conjugal);
- Dos comportamentos aditivos (reforçando a capacidade das respostas preventivas e de apoio aos consumidores de substâncias aditivas);
- Bem como ao nível da melhoria da qualidade dos serviços de apoio social (qualificando o processo de atendimento, tornando mais eficaz e eficiente o processo de inserção social, aumentando a satisfação das famílias e a qualificação dos serviços prestados).

No **Eixo 4 – Relações de Parceria e Envolvimento Interinstitucional**, são abordadas as questões da qualificação das instituições enquanto garante da sua sustentabilidade, bem como a consolidação de uma cultura de planeamento conjunto e de articulação das instituições, que constituem os princípios do Programa Rede Social. Por outro lado aposta-se na criação de mecanismos de divulgação, partilha e articulação de informação com base nas novas tecnologias de informação. Ao mesmo tempo pretende-se definir uma estratégia de estímulo da responsabilidade social com as associações do 3º sector.

Eixo 1 – Emprego/Desemprego e Formação Profissional

Eixo de Intervenção	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	População - Alvo	Potenciais Parceiros
Eixo 1 Emprego/Desemprego e Formação Profissional	Melhorar os níveis de educação, qualificação e emprego.	As necessidades e os mecanismos de formação profissional no concelho são conhecidos e otimizados numa lógica de adequação às reais necessidades da comunidade local	Elaboração de Diagnóstico de Necessidades de formação, Requalificação e Reconversão profissional no concelho.	Indivíduos à procura do 1º emprego ou desempregados de longa duração	IEFP NERPOR Associações Tecido empresarial
		Promover a inserção de jovens e adultos em situação de desemprego, apoiando as organizações a nível técnico.	Realizar sessões de trabalho com entidades ligadas ao tecido empresarial e formativo do concelho.	Indivíduos à procura do 1º emprego ou desempregados de longa duração	IEFP Centro Formação Profissional Agupamento de Escolas
		Promover a formação/qualificação das pessoas, sejam jovens à procura do 1º emprego, sejam desempregados/as de média ou longa duração, tendo em vista a sua inserção ou o seu regresso ao mercado de trabalho.	Desenvolver ações de informação em colaboração com as entidades de formação para a qualificação/requalificação destes indivíduos.	Indivíduos à procura do 1º emprego ou desempregados de longa duração	IEFP IPP Outros parceiros
		Criar e capacitar uma rede de interlocutores locais com competências para trabalharem com indivíduos e organizações para a implementação de projetos de empreendedorismo social.	Realizar sessões de trabalho entre organizações de âmbito social, entidades empresariais, com vista à promoção e avaliação de projetos de empreendedorismo social.	Indivíduos à procura do 1º emprego ou desempregados de longa duração	Parceiros do CLAS Tecido empresarial
		Sensibilizar o tecido empresarial e organizações de âmbito social para a empregabilidade das pessoas portadoras de deficiência.	Realizar ações de sensibilização/informação dirigidas a empresários do concelho, como potenciais empregadores.	Associações empresariais Organizações de âmbito social concelhio	Entidades da área da deficiência NERPOR
		Melhorar os níveis de articulação entre as entidades com competência na área da formação e entidades empregadoras.	Realizar sessões de trabalho com entidades ligadas ao tecido empresarial e formativo do concelho, aumentando os níveis de conhecimento da oferta formativa, adaptando-a às necessidades do mercado.	IEFP Instituições/Entidades de Formação Associações NERPOR Empresas locais	Parceiros do CLAS Tecido empresarial
		Identificar os potenciais nichos de empregabilidade no concelho, atualizado anualmente.	Criação de uma Bolsa de Oportunidades/Ofertas de Emprego e Formação em rede (atualizada e divulgada nas diversas entidades do CLAS)		

Eixo 2 – Equipamentos e Serviços

Eixo de Intervenção	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	População - Alvo	Potenciais Parceiros
Eixo 2 Equipamentos e Serviços	Promover o acesso a equipamentos e serviços de apoio aos indivíduos/famílias	Aumentar, racionalizar e diversificar as respostas sociais e de saúde de apoio à população sénior, permitindo uma assistência permanente, e um acompanhamento mais ativo das redes de apoio, combatendo o isolamento, e reforçar a solidariedade entre gerações	Dinamizar ações que permitam troca de aprendizagens e troca de saberes/experiências entre gerações.	População Idosa População Jovem	Parceiros da Rede Associações Juvenis Município Associações Recreativas e Culturais
			Promover a melhoria da qualidade de vida dos idosos, através da criação de um Serviço de pequenas obras de reparação nas suas habitações, nas tarefas diárias e ou satisfação das necessidades básicas.	População Idosa	Parceiros da Rede Banco Local de Vountariado
			Promover o voluntariado de proximidade junto de idosos em situação de vulnerabilidade e a viverem sós.	População Idosa População Jovem Desempregados	Parceiros da Rede Banco Local de Vountariado
		Implementar respostas de apoio à autonomização	Apartamento de alojamento temporário, com o respetivo acompanhamento e supervisão do projeto de vida de cada um.	Pessoas em situação de vulnerabilidade	Parceiros da Rede
		Alargamento dos serviços de Apoio Social e articulação das instituições do Concelho com vista a uma intervenção integrada	Criação de um Banco de Ajudas Técnicas local, mediante a seguinte metodologia: 1) Levantamento das entidades e recursos existentes na área das ajudas técnicas; 2) Formação dirigida aos técnicos das IPSS's ao nível do sistema de gestão de informação integrada do Banco de Ajudas Técnicas e ao nível do carregamento da informação dos recursos que disponibilizam ao Banco.	Comunidade	IPSS's Município
		Aumentar as respostas que garantam os cuidados de saúde e bem-estar das pessoas com doença do foro psiquiátrico e neurológico, e respetivos cuidadores.	Criar e qualificar respostas de alojamento temporário para pessoas com doenças do foro psiquiátrico e neurológico, com vista ao descanso do cuidador.	Pessoas com doenças do foro psiquiátrico e neurológico e respetivos cuidadores	Parceiros da Rede

Eixo 2 Equipamentos e Serviços (cont.)	Promover e melhorar o bem-estar das pessoas portadoras de deficiência ou doença mental	<p>Alargar, criar e qualificar as respostas de apoio a pessoas portadoras de deficiência, e respetivos cuidadores;</p> <p>Criar unidades residenciais (UVA / UVP) criando vagas para pessoas com deficiência ou doentes Mentais;</p> <p>Criar novas vagas em respostas ocupacionais para pessoas com deficiência ou doença mental;</p>	Desenvolver ações de concertação entre as entidades que trabalham a área da deficiência para o aumento da capacidade da valência Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais	Pessoas portadoras de Deficiência	Entidades da área da deficiência
			Diagnóstico das pessoas portadoras de deficiência ou doença mental não institucionalizadas, no concelho	Pessoas portadoras de Deficiência	Entidades da área da deficiência
			Replicar as boas práticas de Projetos locais para cuidadores de pessoas portadoras de deficiência	Pessoas portadoras de Deficiência	Entidades da área da deficiência
	Promover a formação e capacitação de indivíduos e famílias	Desenvolver e reforçar as competências parentais de famílias vulneráveis, melhorando o seu desempenho ao nível das suas responsabilidades.	Criar uma estrutura de apoio familiar que permita a aquisição e desenvolvimento de competências parentais.	Famílias vulneráveis	Parceiros da Rede CPCJ
			Desenvolver ações de sensibilização e educação, através de um serviço de apoio familiar integrado e cursos de educação parental;	Famílias vulneráveis	Parceiros da Rede CPCJ
		Qualificar o processo de atendimento, tornando-o mais eficaz e eficiente nos processos de inserção social, aumentando a satisfação das famílias e a qualificação dos serviços prestados.	Criar um serviço de atendimento e acompanhamento social integrado.	Famílias vulneráveis	Parceiros da Rede
		Implementar medidas de capacitação, e de criação de novas soluções, dirigidas a indivíduos e às famílias em situação de fragilidade socioeconómica, que enfrentam novos desafios derivados do aumento do desemprego, das dificuldades de gestão financeiras, do endividamento, e da gestão do orçamento familiar.	Promover ações de formação/sensibilização e campanhas de informação dirigidas às famílias e comunidade, com especial enfoque na literacia financeira, legal e digital.	Pessoas em situação de fragilidade socioeconómica	Entidades parceiras

Eixo 3 - Inclusão de Grupos Vulneráveis

Eixo de Intervenção	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	População - Alvo	Potenciais Parceiros
Eixo 3 Inclusão Social de Grupos Vulneráveis	Aumentar e reforçar o apoio social à população em situação de maior vulnerabilidade	Alargamento dos serviços de apoio social e articulação das instituições do Concelho com vista a uma intervenção integrada.	Realizar o Diagnóstico da população não institucionalizada - Idosos e Deficientes	População Idosa	Parceiros da Rede
			Desenvolver momentos de <i>time up</i> aos cuidadores informais de pessoas com doença de Alzheimer e/ou em situação de pós-AVC, a fim de reduzir alguns efeitos negativos e a sobrecarga que se associa à tarefa de cuidar	Cuidadores Informais	Parceiros da Rede
			Realizar de ações de sensibilização ao nível da prevenção da negligência e maus-tratos à população idosa	Técnicos e Auxiliares das IPSS's	Parceiros da Rede
			Realizar ações de sensibilização na área da prevenção primária da violência doméstica e Toxicodependência.	Comunidade Escolar	Parceiros da Rede
		Agir concertadamente sobre os problemas da terceira idade.	Realizar ações de formação dirigidas aos técnicos e dirigentes que trabalham com pessoas idosas na área do envelhecimento saudável e ativo	Técnicos e Dirigentes das IPSS's	Parceiros da Rede Associações
		Diminuir os níveis de dependência e isolamento psicossocial da população idosa	Realizar de campanhas interinstitucionais de sensibilização para as situações de exclusão, discriminação e isolamento social de indivíduos seniores	Comunidade Entidades Educativas IPSS's Comunicação Social	Parceiros da Rede
		Alargar e qualificar o apoio ao nível da prestação de cuidados básicos à população sénior, em particular aos indivíduos com elevado grau de dependência, com baixos rendimentos, tanto em contexto domiciliário, como em contexto institucional	Dinamizar a rede de voluntários de proximidade a idosos do concelho	População Idosa	Parceiros da Rede
	Aumentar a abrangência das respostas institucionais de ação social vocacionadas para seniores com ausência de retaguarda familiar, elevado grau de dependência e/ou patologia associada	População Idosa	Parceiros da Rede		

Eixo de Intervenção	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	População - Alvo	Potenciais Parceiros
Eixo 3 Inclusão Social de Grupos Vulneráveis (cont.)	Aumentar e reforçar o apoio social à população em situação de maior vulnerabilidade	Aumentar a rede de apoio às famílias	Facilitar o acesso a respostas de ocupação de tempos livres. Criar grupos de autoajuda	População Infantil/Juvenil Famílias vulneráveis	Parceiros da Rede
		Promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências.	Promover ações de sensibilização relacionadas com as dependências, com especial incidência na questão dos consumos de “drogas leves”, “jogo” através de articulação entre diversas entidades.	População juvenil Comunidade educativa Comunidade em geral	Parceiros da Rede
		Promover a integração socioprofissional de toxicodependentes	Sensibilizar as entidades empregadoras do concelho para a integração de toxicodependentes em processo de recuperação.	População Toxicodependente	Parceiros da Rede
		Melhorar os níveis de proteção e atuação junto de crianças e jovens em risco e suas famílias	Sensibilizar as associações juvenis para a promoção de ações de prevenção de comportamentos de risco nos jovens.	População Juvenil	Associações Juvenis Escolas Câmara CPCJ

Eixo 4 – Relações de Parceria e Envolvimento Interinstitucional

Eixo de Intervenção	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	População - Alvo	Potenciais Parceiros
Eixo 4 Relações de Parceria e envolvimento Interinstitucional	Dotar as organizações do terceiro sector das competências necessárias para enfrentarem os problemas de gestão que atualmente se colocam, no sentido de criarem estratégias de autofinanciamento e sustentabilidade visando torná-lo num sector mais competitivo e sustentável, tendo em vista uma melhor eficácia e eficiência da sua Acção.	Reforçar a qualificação das entidades do sector social, Dirigentes, Pessoal Técnico e não Técnico, com vista ao desenvolvimento dos sistemas de certificação da qualidade, modernização tecnológica e social e promoção de inovação social.	Boas práticas em termos de políticas, estratégias ou implementação de processos de qualidade e promoção da inovação social.	Entidades Parceiras	Técnicos das Entidades/Instituições parceiras
	Definir uma estratégia de divulgação pública alargada do trabalho de Acção Social e de apoio à comunidade local desenvolvidos pelos parceiros da Rede Social	Disseminar estratégias de atuação que pelo seu elevado efeito demonstrativo e potencial de transferibilidade, concorram para o desenvolvimento social local.	Realização de Seminários /Workshops promovendo a divulgação pública e alargada do trabalho de Acção social e de apoio à comunidade local desenvolvidos pela Rede Social.	Parceiros da Rede Social Comunidade	Parceiros CLAS e Outras Entidades que desenvolvam iniciativas relevantes no âmbito dos objetivos deste PDS
			Apresentação de projetos e boas práticas das entidades concelhias nos CLAS	Parceiros da Rede Social Comunidade	Parceiros CLAS e Outras Entidades que desenvolvam iniciativas relevantes no âmbito dos objetivos deste PDS
			Criação de uma Plataforma on-line e/ou boletim informativo da rede social que permite às próprias entidades parceiras publicar notícias e eventos	Parceiros da Rede Social Comunidade	Parceiros CLAS e Outras Entidades que desenvolvam iniciativas relevantes no âmbito dos objetivos deste PDS
	Distinguir os serviços que atuam de forma criativa e proactiva.	Concelho Solidário Evento que distingue o trabalho realizado pelas instituições concelhias, enquanto agentes de coesão social. Atribuir-se-ão vários prémios nas seguintes categorias: infância e juventude, população idosa, deficiência, voluntariado, apoio à comunidade, projeto solidário e empresa solidária.	Parceiros da Rede Social Comunidade	Parceiros CLAS e Outras Entidades que desenvolvam iniciativas relevantes no âmbito dos objetivos deste PDS	

Eixo de Intervenção	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Ações a desenvolver	População - Alvo	Potenciais Parceiros
Eixo 4 Relações de Parceria e envolvimento Interinstitucional (cont.)	Definição de uma estratégia com as entidades do sector privado estimulando a sua responsabilidade social em associação com o 3º Sector	Desenvolver projetos de Responsabilidade Social e Voluntariado pela Comunidade Empresarial dos mais variados sectores (Restauração, Serviços de Saúde etc.), direccionados à atenuação dos novos fenómenos de pobreza e exclusão social emergentes da atual conjuntura socioeconómica, constituindo-se assim, no reforço da rede de parceiros da Rede Local e uma resposta de Emergência Social	Construção de um Guia de Recursos de projetos/Instituições das Entidades Parceiras da Rede Social	Entidades Parceiras Comunidade em Geral	Entidades parceiras
			Divulgar o portefólio de projetos/ Instituições junto das entidades empresariais	Entidades Parceiras Comunidade em Geral	Entidades parceiras
	Qualificar a população em geral naquilo que diz respeito às suas decisões financeiras (literacia financeira) e ao nível de conhecimento de direitos e deveres laborais, através da intervenção direta e esclarecimento de dúvidas da comunidade em geral, bem como campanhas de sensibilização junto da comunidade concelhia.	Implementar uma rede de interlocutores locais (Escolas, Sindicatos, IPSS, Serviços de Saúde, Segurança Social e Autarquias), que através de um serviço de proximidade orientem as famílias na resolução de processos de sobre-endividamento, créditos mal parados, cobrança de impostos, insolvência e direitos sociais (literacia Digital)	Atendimento, esclarecimento de dúvidas e transmissão de conhecimentos/ferramentas que promovam a literacia financeira e de direitos e deveres laborais da população, através de uma lógica de trabalho integrado, recorrendo para isso a parcerias e a outros serviços que existam já no terreno. Pretende-se desenvolver sessões formativas, que permitam transmitir através de casos práticos e dicas úteis, um leque de conhecimentos e informações à população	Comunidade	Entidades parceiras

AVALIAÇÃO

Plano de Desenvolvimento Social de Portalegre, tem a duração de três anos, podendo ser reajustado consoante as necessidades identificadas no decorrer da intervenção, ou quando identificadas outras problemáticas, exigindo uma intervenção.

A avaliação deve ser entendida como um processo de reflexão sobre a ação, servindo de ponto de partida para o planeamento de ações futuras. Ajuda a planear e qualificar a intervenção, gerando informações e conhecimentos de suporte às decisões que contribuam para aumentar a eficácia, qualidade e eficiência da intervenção local.

É um processo através do qual se obtém informações que dão conta dos resultados alcançados, da eficácia da intervenção, dos obstáculos que se colocam à implementação da intervenção.

Analisa a performance da Rede Social, verificando em que medida a implementação, decorreu conforme estava previsto, verificando o seu impacto na realidade social concelhia, comparando a situação atual e a avaliação realizada anteriormente, de forma a avaliar se os objetivos foram atingidos, desenvolvendo assim, uma avaliação participativa e interna.

O principal objetivo do Plano de Desenvolvimento Social é criar, fomentar e implementar uma cultura de planeamento integrado e participado do desenvolvimento social, valorizando os recursos, a fim de se obterem melhores soluções ao nível local.